



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Aplicação de reajusto *strito sensu* no Carta-contrato 08/2021/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico do tre-ro – Contratada Leila Nascimento de Mello.

DESPACHO Nº 1211 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, no qual, após regular processo licitatório, formalizou-se a contratação da empresa LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875, inscrita no CNPJ sob o n. 26.910.164/0001-40, pessoa jurídica especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico deste Tribunal, nos termos registrados na Carta-Contrato nº 08/2021 ([0714959](#)), que se encontra em plena vigência.

A SAMES, unidade gestora do contrato, nos termos da Informação n. 114/2022 (0883494), solicita o reajuste do valor do contrato pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), informando que o período em condições contratuais de reajuste **se refere à julho/2021 até junho/2022**, e que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **11,88%**, apurado conforme consulta conforme consulta no site <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> - calculadora do cidadão. Solicita, ainda, reforço da disponibilidade orçamentária para suportar a despesa com o referido reajuste no importe de R\$ 331,58 (trezentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC, para programação orçamentária, à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de instrumento contratual, e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico (0886053).

O Coordenador da COFC registrou que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício juntando-se a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectiva programação orçamentária contendo o respectivo reforço da nota de empenho necessário a custear o referido reajuste ([0886242](#)).

Em seguida, a SECONT juntou a minuta de Apostila n. 01 à Carta-Contrato n. 08/2021 ([0714959](#)) e encaminhou à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise (0895700).

Assim, veio aos autos o Parecer Jurídico nº 172/2022 (0897743), no qual a AJSAOFC opinou pela aplicação do reajuste contratual no patamar de **11,88%** decorrente da variação do IPCA, aferido no período de julho de 2021 e junho de 2022, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de julho de 2022. Aprovou os termos da minuta de Apostila n. 01 (08956999), em observância ao artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido no percentual de **11,88%** (onze inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) referente ao período de julho de 2021 e junho de 2022, com efeitos financeiros sobre o Contrato a partir de julho de 2022, bem como pela **atualização dos valores do Contrato nº 8/2021** ([0714959](#)), fixando seu novo valor em 6.713,16 (seis mil setecentos e treze reais e dezesseis centavos) com fulcro no [inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda na Cláusula Décima, Subcláusula Sétima da Carta-contrato n. 08/2021.

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste despacho manter-se-á a citação da lei antiga considerando que é a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do parecer da AJSAOFC ([0897743](#)), a pretensão de reajuste tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, pois trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos, por sua vez reproduzidos expressamente na Carta-contrato Administrativo n. 08/2022 ([0731264](#)), Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA - [...]

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise verifica-se tratar de reajuste aplicado através do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, previsto em cláusula contratual, no percentual de 11,88% pelo IPCA, consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre **julho de 2021 a junho de 2022** (0883494), e o impacto financeiro total deste reajuste será de **R\$ 713,16 (setecentos e treze reais e dezesseis centavos)**.

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização dos valores da Carta-Contrato nº 08/2021 ([0714959](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 6.713,16 (seis mil setecentos e treze reais e dezesseis centavos)**, devido ao impacto do reajuste aplicado.

Por fim, cabe registrar que, conforme informado pela SAMES (0883494), há necessidade de reforço na nota de empenho 2022NE000375 no valor de R\$ 331,58 (trezentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos), motivo pelo qual foi juntada ao processo a respectiva programação orçamentária com a dotação suficiente a custear o reajuste aplicável ([0886242](#)).

Em razão do exposto, considerando a existência de recursos orçamentários suficientes e previsão contratual, bem como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demais elementos existentes nos presentes autos, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/20218:

a) autorizo o reajuste da Carta-Contrato nº 08/2021 (0714959), no percentual de 11,88% (onze inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) referente ao período de julho de 2021 e junho de 2022, com efeitos financeiros sobre o Contrato a partir de julho de 2022, tendo um impacto financeiro de R\$ 713,16 (setecentos e treze reais e dezesseis centavos), com fulcro no art. 40, XI, e inc. III do art. 55, ambos da Lei nº 8.666/1993 e ainda Subcláusula Sétima da Cláusula Décima da Carta-Contrato (item III da Cláusula Primeira do 1º Termo Aditivo, evento 0731264), conforme registrado na minuta de Apostila n. 01 à Carta-contrato n. 08/2021 (0714959), devidamente aprovada pela AJSAOFC; e

b) determino a atualização dos valores da Carta-Contrato n. 8/2021 (0714959), fixando seu novo valor em R\$ 6.713,16 (seis mil setecentos e treze reais e dezesseis centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no inciso III do art. 55 da Lei 8.666/93.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 14/09/2022, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0898817** e o código CRC **FC466411**.